



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 02 | fevereiro 2020



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEAR I

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: fevereiro de 2020

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de fevereiro.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

0210 – 026 Lisboa

Telefone: +351 218 823 390

Fax: +351 218 823 399

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0249-147 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1747-9022



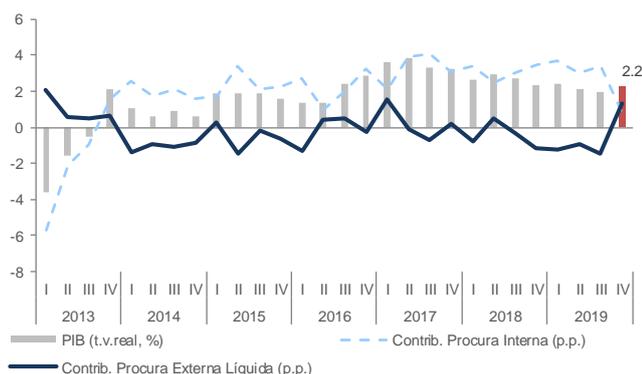
(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

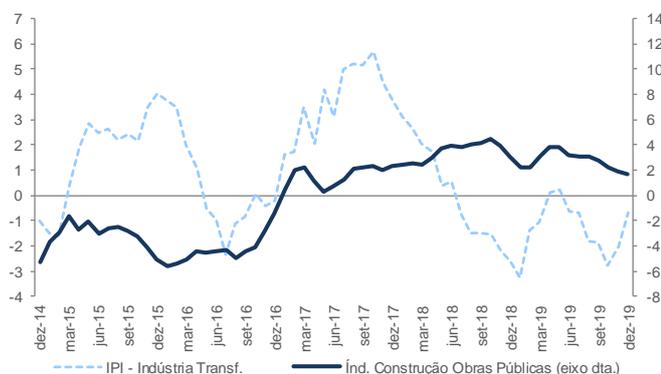
As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o quarto trimestre de 2019 apontam para um crescimento homólogo real do PIB de 2,2% (1,9% que no trimestre precedente). Segundo o INE, esta variação resultou do contributo positivo da procura externa líquida, que mais que compensou a redução do contributo da procura interna. Face ao trimestre precedente registou-se um aumento de 0,7% em termos reais. No total do ano de 2019, o crescimento fixou-se em 2,2% (2,6% em 2018).

Figura 2.1. Produto Interno Bruto (VH, %)



Fonte: INE.

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



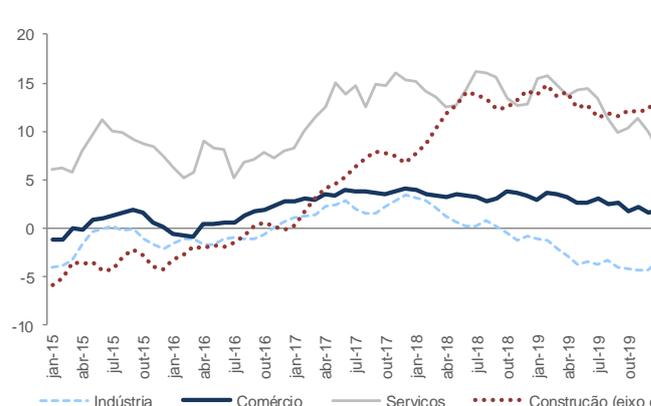
Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao quarto trimestre, mostram que, em termos homólogos:

- na Indústria Transformadora, o Índice de Produção apresentou um decréscimo de 0,7% e o Índice de Volume de Negócios registou um crescimento de 0,8% (mais 1,2 p.p. e mais 1,5 p.p. quando comparados com o terceiro trimestre, respetivamente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 1,7%, desacelerando 1,1 p.p. quando comparado com o terceiro trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços aumentou 2% face ao período homólogo (mais 0,3 p.p. quando comparado com o terceiro trimestre);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,5%, um valor inferior em 1,2 p.p. face ao registado no terceiro trimestre.

Comparando o trimestre terminado em janeiro de 2020 com o quarto trimestre de 2019, observa-se uma ligeira deterioração no indicador de confiança dos serviços, e uma melhoria nos indicadores de confiança dos setores da Indústria, Comércio e Construção.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	2019	2018					2019				2020
			4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	
PIB – CN Trimestrais	VH Real	2,2	2,3	2,4	2,1	1,9	2,2	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico*	SRE-VE	2,3	2,6	2,6	2,4	2,2	2,1	2,2	2,1	2,2	2,1	2,2
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	-3,5	-0,8	-2,1	-3,4	-4,1	-4,3	-4,3	-5,7	-3,2	-4,2	-2,8
Indicador de Confiança do Comércio	"	2,6	3,3	3,6	2,7	2,6	1,6	3,0	1,0	2,7	1,1	2,1
Indicador de Confiança dos Serviços	"	12,3	12,8	14,8	14,5	9,9	10,1	9,0	12,9	12,3	5,0	7,4
Indicador de Confiança da Construção	"	-11,1	-8,6	-9,5	-10,8	-12,7	-11,6	-12,2	-12,3	-11,3	-11,0	-5,5
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-11	-2,6	-10	-0,7	-1,9	-0,7	-3,6	-2,2	-0,3	0,5	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	0,1	1,8	1,8	-1,3	-0,6	0,8	0,1	1,4	-0,9	2,0	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	2,5	2,3	4,6	1,9	1,6	2,0	1,9	1,6	2,6	1,7	:

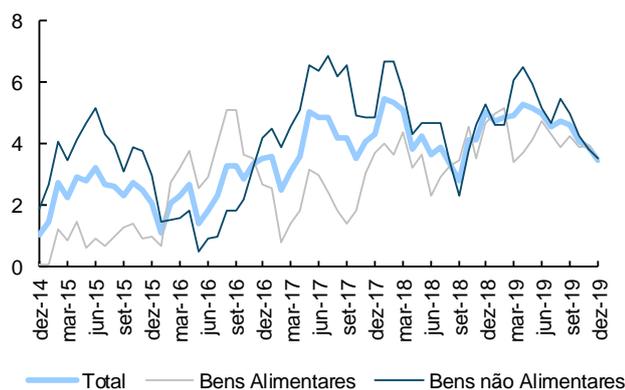
*valores mensais referem-se à média móvel a 3 meses. Fonte: INE.

Consumo Privado

Segundo as Contas Nacionais do INE, o Consumo Privado no quarto trimestre de 2019 apresentou um crescimento homólogo de 2% em volume, o que representa uma desaceleração face ao observado no trimestre anterior (2,7%).

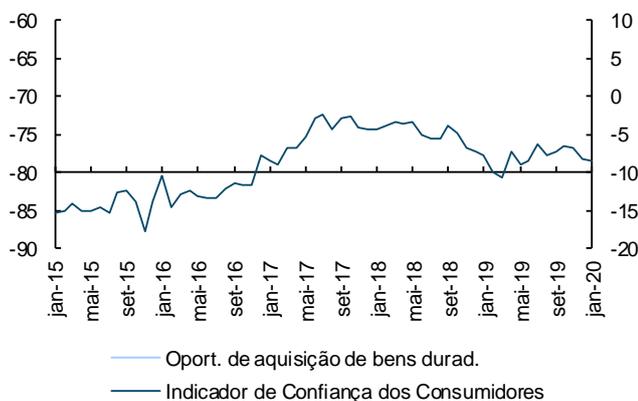
O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma taxa de variação homóloga de 2,3% em dezembro. No quarto trimestre de 2019, as vendas subiram 3,5% em termos homólogos (4,7% no terceiro trimestre). No conjunto do ano de 2019, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho aumentou 4,5%, mais 0,4 p.p. que em 2018.

Figura 2.4. Volume de Negócios do Comércio a Retalho (MM3, VH, %)



Fonte: INE.

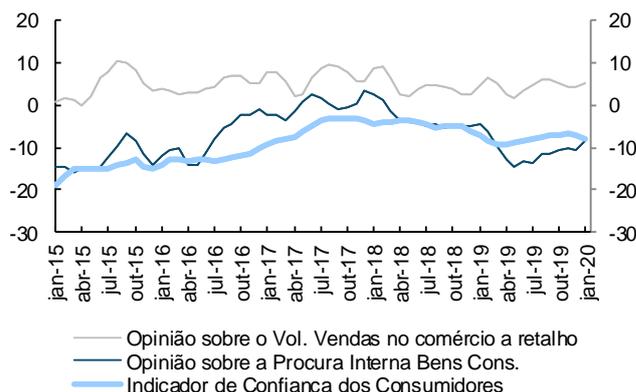
Figura 2.5. Índice de confiança dos consumidores e Oportunidade de aquisição de bens duradouros



Fonte: INE.

O indicador de confiança dos consumidores manteve, em janeiro, a tendência negativa, resultante do contributo negativo das expectativas relativas à evolução da situação económica do país, da situação financeira do agregado familiar e da realização de compras importantes. Em contraste, o indicador de confiança do Comércio aumentou em janeiro, com indicações positivas de todas as componentes, opiniões sobre o volume de vendas, perspectivas de atividade e apreciações relativas ao volume de *stocks*.

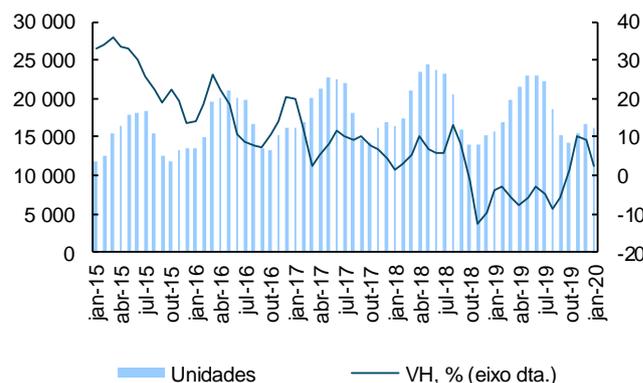
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em janeiro de 2020 foram vendidos 14 423 veículos ligeiros de passageiros, menos 3 303 unidades do que dezembro e menos 1 261 unidades do que em janeiro de 2019, correspondendo a uma diminuição homóloga de 8%.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2018	2018			2019			2019				2020
			3T	4T	1T	2T	3T	set	out	nov	dez	jan	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	-4,8	-5,0	-6,2	-9,5	-8,3	-7,1	-7,2	-6,6	-6,9	-8,3	-8,4	
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	4,3	4,4	2,4	5,1	3,3	6,0	4,1	3,6	5,6	3,7	5,8	
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	4,1	2,8	5,0	4,9	5,0	4,6	3,6	3,7	4,4	2,3	:	
Bens Alimentares	VH	3,7	3,5	4,7	3,4	4,7	4,2	3,9	4,2	3,8	2,3	:	
Bens não alimentares	VH	4,5	2,3	5,3	6,1	5,2	4,9	3,3	3,4	4,8	2,3	:	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	2,8	8,5	-9,8	-5,9	-3,0	-5,6	13,9	12,2	5,8	9,5	-8,0	
Importação de Bens de Consumo***	VH	4,4	2,7	6,6	7,0	2,3	6,2	9,2	6,0	1,9	7,6	:	

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Fontes: INE e ACAP

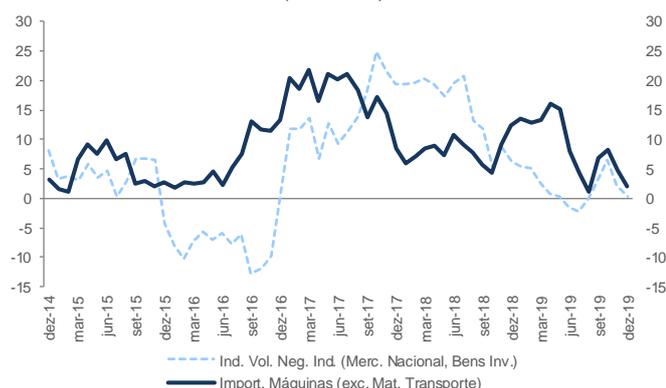
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no quarto trimestre de 2019, a FBCF registou um crescimento, em termos homólogos, de 1,5% (que compara com 6% no trimestre precedente). O investimento em outras máquinas e equipamentos registou uma redução de 1%, e o investimento em equipamentos de transporte uma diminuição de 23,6%. Os dados para o ano de 2019 indicam que a FBCF registou um crescimento de 6,4% (5,8% em 2018).

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao quarto trimestre de 2019, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 0,3% (que compara com 2,9% no trimestre anterior);
- a importação de Máquinas e Outros de Bens de Capital exceto Material de Transporte cresceu 2,1% (6,8% no trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos cresceram 6,3%, que compara com um crescimento de 32,3% no trimestre anterior.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)

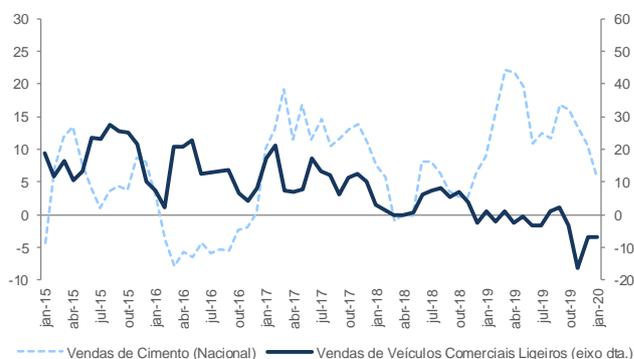


Fonte: INE.

Os dados para o trimestre terminado em janeiro de 2020, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de Veículos Comerciais Ligeiros registaram uma redução de 7% (que compara com -6,7% no quarto trimestre de 2019), acompanhado por uma redução de 18,2% na venda de Veículos Comerciais Pesados (-22,4% no quarto trimestre);
- as vendas de Cimento registaram uma variação homóloga de 6%, o que compara com 10,6% no quarto trimestre de 2019.

Figura 2.10. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	2019	2018					2019				2020
			4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	
FBC – CN Trimestrais	VH Real	6,5	7,2	11,4	9,4	8,6	-2,6	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	6,4	4,8	10,8	7,5	6,0	15	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	6,8	4,3	12,4	8,4	6,0	0,5	6,0	6,7	3,6	0,5	:
Vendas de Cimento	VH	14,9	6,5	22,2	10,8	16,9	10,6	18,9	16,6	4,2	10,4	4,3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	-2,1	-2,6	0,9	-3,5	2,3	-6,7	-13,7	-9,6	-24,8	12,5	-11,0
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-3,0	-12,9	10,1	17,7	-11,5	-22,4	28,3	-23,8	-39,7	-2,1	-11,7
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	-0,5	14,6	5,7	-7,8	0,0	0,0	-7,5	5,9	-3,4	-2,5	-4,9
Licenças de Construção de fogos	VH	17,2	57,2	34,3	0,5	32,3	6,3	49,5	30,1	2,6	-19,5	:
Importações de Bens de Capital**	VH	7,3	12,4	13,4	8,0	6,8	2,1	9,6	10,1	-4,1	0,5	:
Índice Vol. Negócios do CG de Bens de Inv.***	VH	1,0	6,3	2,6	-1,6	2,9	0,3	3,4	5,5	-2,5	-2,1	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o quarto trimestre, apontam para um crescimento das exportações em 7,5%, e um aumento das importações em 3% (que compara com 0,8% e 6% no terceiro trimestre, respetivamente).

Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

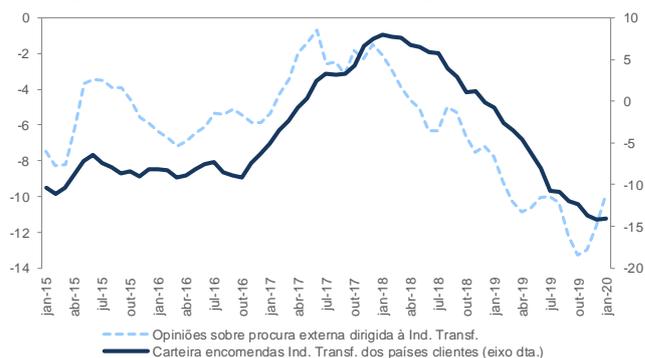
Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente intracomunitária das exportações de bens registou um crescimento de 7,6%, enquanto o mercado extracomunitário aumentou 7,1% em termos homólogos (2% e -2,7% no terceiro trimestre, respetivamente);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário apresentou um aumento de 3,2% (que compara com 9,3% no terceiro trimestre), tendo a componente extracomunitária crescido 2,4% (-3,2% no terceiro trimestre).

Esta evolução resulta numa taxa de cobertura do comércio internacional de bens de 74,6% (76,8% em igual período de 2018).

Por seu lado, as opiniões sobre a procura externa dirigida à indústria transformadora foram menos negativas no trimestre terminado em janeiro de 2020, quando comparada com o quarto trimestre de 2019. A carteira de encomendas apresentou uma ligeira recuperação no mesmo período.

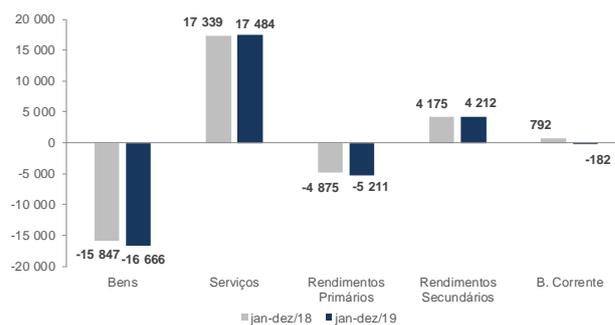
Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

O défice acumulado da balança corrente, até dezembro de 2019 situou-se em 182 milhões de euros, o que representa um agravamento de 974 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, uma deterioração do saldo da balança de bens e da balança de rendimentos primários, parcialmente compensada pela melhoria do saldo da balança de rendimentos secundários e da balança de serviços.

Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

Entre janeiro e dezembro de 2019, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 1 871 milhões de euros (o que compara com uma capacidade de financiamento de 2 832 milhões de euros no período homólogo).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	2019	2018					2019				
			4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	3,7	1,5	3,9	2,6	2,2	6,3	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	5,2	4,2	7,1	4,9	5,8	3,2	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	:	0,1	-0,3	-0,6	-0,8	:	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	:	1,2	0,5	0,5	0,3	:	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	3,6	1,4	5,3	1,1	0,8	7,5	-5,1	5,1	8,4	8,4	5,4
Entradas de Bens	VH nom	6,6	8,6	11,3	6,3	6,0	3,0	-5,2	12,8	6,6	10	12

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

Indicador	Unidade	2019	2018					2019					Dif.
			4T	1T	2T	3T	4T	2018 jan-dez	2019 jan-dez				
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	1871	65	-365	-1298	2 951	582	2 832	1 871	-960			
Saldo Balança de Bens	"	-16 666	-4 771	-4 034	-4 156	-4 475	-4 001	-15 847	-16 666	-819			
Saldo Balança de Serviços	"	17 484	3 592	3 028	4 131	6 873	3 451	17 339	17 484	144			
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-5 211	-560	-431	-2 685	-1246	-849	-4 875	-5 211	-337			
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	4 212	1098	731	1 109	162	1210	4 175	4 212	37			

Fonte: BdP.

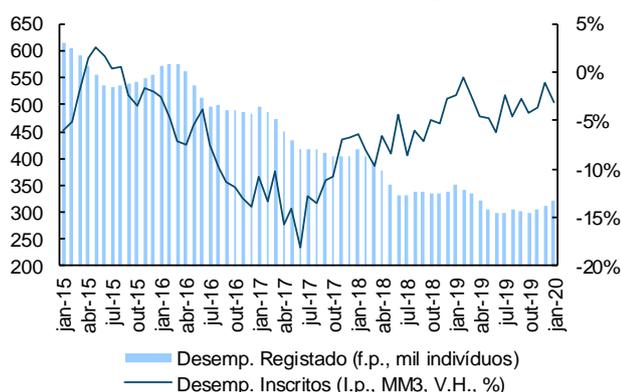
Mercado de Trabalho

Em janeiro de 2020, a estimativa provisória da taxa de desemprego foi de 6,9%, tendo aumentado 0,3 p.p. em termos homólogos e 0,2 p.p. em relação a dezembro.

No final de janeiro de 2020, o número de inscritos nos centros de emprego ascendia a 320 558 desempregados, número que representa 67,7% de um total de 473 404 pedidos de emprego. A variação homóloga do total de desempregados é de -8,6%.

Ao longo de janeiro de 2020 inscreveram-se 51 723 desempregados, correspondendo a uma redução homóloga de 5,9% e um acréscimo de 22,6% relativamente a dezembro.

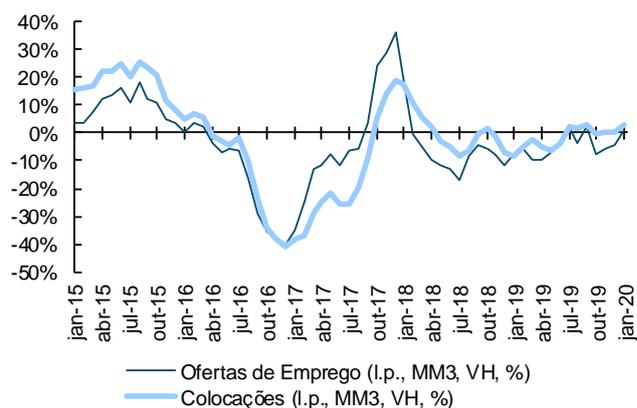
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

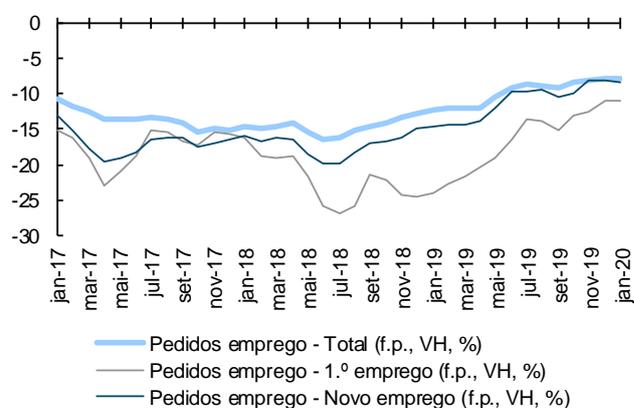
As colocações realizadas durante o mês de janeiro de 2020 totalizaram 7 957 em todo o País, correspondendo a uma variação homóloga de 3,2%. Por grupos de profissões, as colocações incidiram mais nos "Trabalhadores não qualificados" (36,3%), nos "Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores" (14,2%) e "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices" (12,9%).

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Figura 2.16. Pedidos de Emprego em fim de período



Fonte: IEFP.

Dos 269 995 desempregados que, no final de janeiro, estavam inscritos como candidatos a novo emprego, 71,7% tinham trabalhado em atividades do sector dos "serviços", com destaque para as "Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio" (26,4%); 22,4% tinham exercido atividade na indústria com particular relevo para a "Construção" (7,3%); e 4,9% dos desempregados eram provenientes do setor agrícola.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2018	2018		2019			2019				2020
			3T	4T	1T	2T	3T	set	out	nov	dez	jan
Taxa de Desemprego*	%	7,0	6,7	6,7	6,8	6,3	6,1	6,6	6,5	6,7	6,9	:
Emprego Total*	VH	2,3	2,1	1,6	1,5	0,9	:	1,1	0,9	0,6	-0,1	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	-16,0	-17,5	-16,0	-15,1	-10,3	-11,1	-11,1	-10,2	-8,6	-8,4	-8,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	-6,1	-7,0	-2,8	-2,7	-6,2	-2,8	-5,4	-0,2	-5,3	3,4	-5,9
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-8,7	-4,6	-12,0	-9,7	-3,9	2,0	1,8	-14,2	-4,1	15,6	-3,1
Contratação Coletiva	VH	2,2	2,1	2,2	2,2	2,5	:	3,9	4,0	:	:	:
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	3,0	1,3	10,6	1,8	0,8	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,5	2,7	2,4	2,5	2,6	2,6	-	-	-	-	-

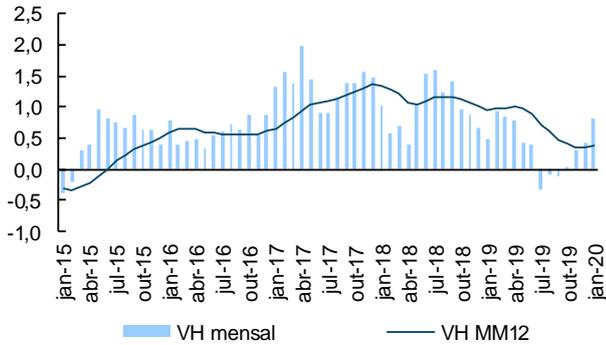
*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

Preços

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) cresceu em termos homólogos, 0,8% em janeiro de 2020, superior em 0,4 p.p. à taxa registada no mês anterior. A variação média dos últimos doze meses foi 0,4%, valor superior em 0,1 p.p. ao registado no mês anterior.

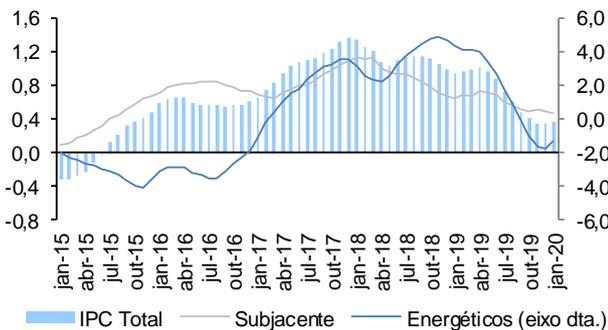
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

Já o indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) apresenta um valor idêntico ao registado no mês anterior, com variação homóloga de 0,4%.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)

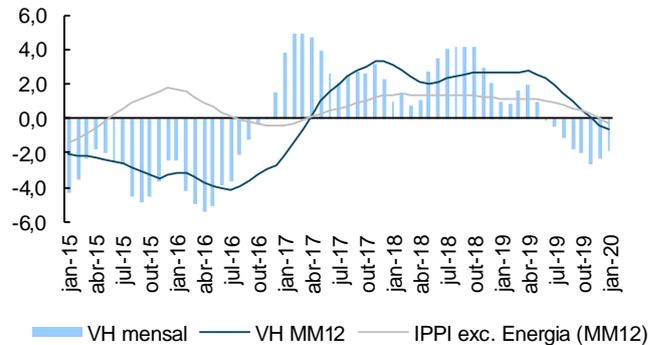


Fonte: INE.

O agregado que engloba os produtos alimentares não transformados registou uma variação homóloga de 1,9% em janeiro (1,2% em dezembro), enquanto o índice referente aos produtos energéticos apresentou uma taxa de variação de 3,2% quando havia sido nula no mês anterior. Os aumentos mais significativos das contribuições para a variação homóloga do IPC face ao mês anterior foram das classes dos Transportes, Bens alimentares e bebidas não alcoólicas e da Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou uma variação homóloga de -1,9% em janeiro, superior em 0,4 p.p. à verificada em dezembro. Para esta evolução contribuiu a aceleração nos Bens Intermédios para 5,1% (-4,7% no mês precedente). A diminuição dos preços industriais, excluindo a Energia, é mais acentuada, 2,2% (-2,1% em dezembro).

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Finalmente, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma variação homóloga de 0,8% (valor superior em 0,4 p.p. ao registado no mês anterior), sendo inferior em 0,6 p.p. à registada na área do euro.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2018	2019								2020	
			mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	
Índice de Preços no Consumidor	VC	:	0,1	0,0	-1,3	-0,1	1,1	0,0	-0,1	-0,1	-0,8	
Índice de Preços no Consumidor	VH	1,0	0,4	0,4	-0,3	-0,1	-0,1	0,0	0,3	0,4	0,8	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	:	1,0	0,9	0,7	0,6	0,5	0,4	0,4	0,3	0,4	
IPC - Bens	VH	0,5	0,0	-0,3	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7	-0,6	-0,3	0,4
IPC - Serviços	"	1,7	1,0	1,5	0,3	0,8	0,8	1,0	1,6	1,5	1,4	
IPC Subjacente*	"	0,7	0,5	0,6	-0,1	0,2	0,2	0,3	0,6	0,4	0,4	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	2,7	0,9	-0,1	-0,4	-1,1	-1,8	-2,1	-2,6	-2,3	-1,9	
IHPC	"	1,2	0,3	0,7	-0,7	-0,1	-0,3	-0,1	0,2	0,4	0,8	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,6	-0,9	-0,6	-1,7	-1,1	-1,1	-0,8	-0,8	-0,9	-0,6	

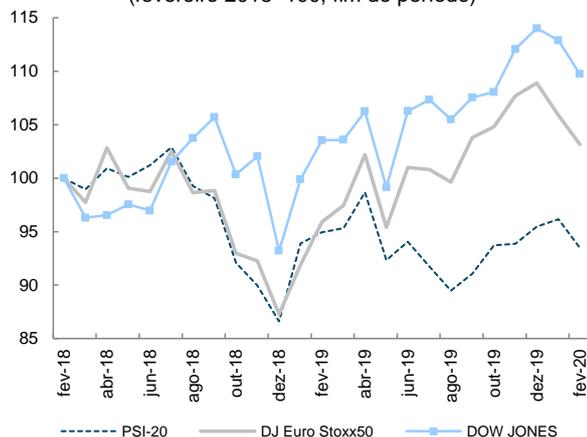
* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em fevereiro de 2020, os índices bolsistas internacionais registaram perdas significativas, tendo sido particularmente acentuadas nos países emergentes, especialmente da Ásia, devido à sua maior exposição aos efeitos económicos do coronavírus. Assim, no dia 26 desse mês e, face ao final do mês de dezembro de 2019, os índices Euro *Stoxx50* e *Dow Jones* depreciaram-se cerca de 5% e 4%, respetivamente.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(fevereiro 2018=100, fim do período)



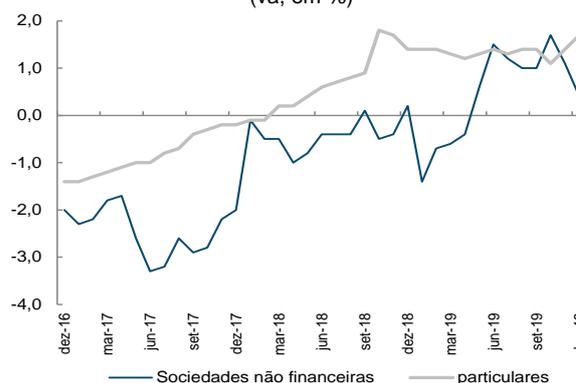
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para fevereiro, o valor é do dia 26.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também se desvalorizou, representando uma perda de 2% em termos acumulados, face ao final de 2019.

Em dezembro de 2019, a variação anual dos empréstimos aos particulares aumentou para 1,7% (1,4% no mês anterior) refletindo uma aceleração no crédito à habitação; no reforço do consumo e numa melhoria no segmento para outros fins.

Os empréstimos destinados às sociedades não financeiras desaceleraram para uma variação anual de 0,4% (1,1%, no mês anterior) refletindo uma quebra do crédito destinado às grandes empresas.

Figura 2.21. Empréstimos a sociedades não financeiras e a particulares
(va, em %)

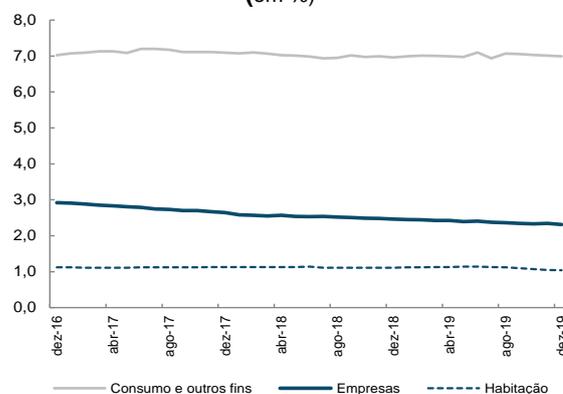


Fonte: Banco de Portugal.

No final de janeiro de 2020, o Banco de Portugal introduziu novas regras do crédito a particulares, a partir de abril, com destaque para: o prazo máximo no crédito pessoal ao consumo reduz-se para 7 anos (antes era de 10); a taxa de esforço para 7 anos diminuiu para 50% (antes era de 60%); até 10% (antes era 20%) das novas operações com uma taxa de esforço de 60%.

No final de 2019, as taxas de juro das operações do crédito subiram para os particulares devido ao consumo e outros fins; enquanto desceram para as empresas, situando-se em 2,31% em dezembro de 2019 (2,46% em dezembro de 2018).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

	Unidade	2019	2019									2020
			mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	
Yield OT 10 anos PT*	%	0,4	0,8	0,5	0,4	0,1	0,2	0,2	0,2	0,4	0,4	0,3
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha	p.b.	92	102	81	79	83	73	57	77	92	70	
PSI20*	VC	10,2	-6,4	1,9	-2,5	-2,5	1,8	2,9	0,2	1,7	0,7	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va	0,9	0,5	0,7	0,6	0,8	0,7	0,4	0,6	0,9	:	
- para consumo	va	7,9	7,6	7,3	7,1	7,1	7,1	6,8	7,3	7,9	:	
Empréstimos a empresas	va	0,4	0,6	1,5	1,2	1,0	1,0	1,7	1,1	0,4	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação	%	1,04	1,14	1,14	1,13	1,12	1,10	1,07	1,05	1,04	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas	%	2,31	2,39	2,41	2,38	2,36	2,34	2,33	2,35	2,31	:	

* Fim de período. Fontes: IGCP; CMVM e BdP.

Finanças Públicas

No mês de janeiro de 2020, a execução orçamental das Administrações Públicas registou excedente de 1 288 milhões de euros, uma redução de 239 milhões de euros face ao mesmo período do ano transato. Para tal, contribuiu o crescimento de 11,5% da *Despesa Efetiva*, que mais do que compensou o aumento de 5,5% da *Receita Efetiva*.

A evolução da receita, que cresceu 381 milhões de euros, resultou sobretudo do crescimento das *Contribuições de Segurança Social* (9,9%), justificado pela evolução positiva do mercado de trabalho, e da *Receita Fiscal* (2%). Do lado da despesa, que subiu 620 milhões de euros, destaca-se o crescimento das *Transferência Correntes* (12,7%), em parte devido ao aumento da contribuição financeira para a UE (mais 157 milhões de euros) e do acréscimo da despesa com pensões da Caixa Geral de Aposentações (mais 127 milhões de euros), e das *Despesas com Pessoal* (mais 97 milhões de euros) devido à política de promoção salarial das Administrações Públicas. O Saldo Primário reduziu-se em 218 milhões de euros face a janeiro de 2019, registando um excedente no valor de 1.514 milhões de euros.

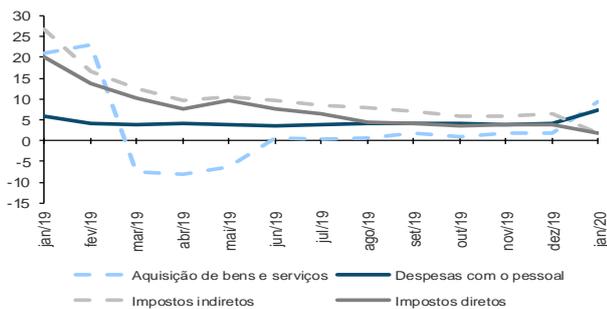
Por subsectores, a Administração Central apresentou um excedente de 481 milhões de euros, a Administração Regional e Local um excedente de 233 milhões de euros e a Segurança Social obteve um saldo positivo de 575 milhões de euros.

Administração Central

Em janeiro de 2010, o *Saldo Orçamental da Administração Central* (AC) registou um excedente de 481 milhões de euros que representa menos 233 milhões de euros em termos homólogos. O Saldo Primário registou um excedente de 696 milhões de euros, menos 214 milhões de euros que em igual período do ano passado.

Esta evolução é explicada pelo crescimento da *Receita Efetiva* em 6%, que não conseguiu compensar o aumento da *Despesa Efetiva* em 12,7%. O comportamento da receita é fundamentalmente explicado pelo aumento da *Receita Fiscal* (1,9%), e das contribuições sociais (19,2%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento das *Despesas com o Pessoal* (7,4%), das *Outras Transferências Correntes* (30%) e da *Despesa de Capital* (71,1%). Em sentido inverso, as *Transferências Correntes para Administrações Públicas* registaram uma ligeira diminuição de 0,3%.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Administração Central
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Por subsectores, o subsector Estado registou em 2019 um déficit de 137 milhões de euros (agravando o saldo em 276 milhões face ao período homólogo), tendo o saldo primário atingido excedente de 74 milhões de euros.

Quadro 2.8. Receita fiscal do Estado

	2019	2020		
	10^6 euros	jan		VHA (%)
		10^6 euros	Grau de execução (%)	
Receita Fiscal	3 524	3 555	:	1,0
Impostos diretos	1 402	1 428	:	1,9
IRS	1 285	1 334	:	3,8
IRC	115	30	:	-73,9
Outros	2	64	:	4122,2
Impostos indiretos	2 122	2 126	:	0,4
IVA	1 214	1 255	:	3,4
ISP	419	416	:	0,2
Imp. de selo	145	159	:	9,9
Imp. s/ tabaco	184	156	:	-15,2
ISV	78	53	:	-31,8
IUC	36	32	:	-11,5
IABA	24	27	:	8,9
Outros	22	28	:	29,2

Fonte: DGO.

Neste subsector destaca-se o crescimento de 1% da *Receita Fiscal*. Os *Impostos Diretos* cresceram 1,9%, assinalando-se o aumento da receita com *IRS* de 3,8% e a diminuição do *IRC* (73,9%). Os *Impostos Indiretos* aumentaram 0,4%, para o qual contribuiu o comportamento do *IVA* e do *ISP* (3,4% e 0,2% respetivamente), e ainda do *Imposto de Selo* (9,9%). Em sentido oposto, é de salientar a diminuição do *ISV* (31,8%), do *Imposto sobre o Tabaco* (15,2%) e do *IUC* (11,5%)..

Quadro 2.9. Execução Orçamental da Administração Central

	2019	2020	2019				2020
	10^6 euros	10^6 euros	VHA (%)			jan	
			out	nov	dez		
Receita Efetiva	4 792	5 078	5,6	3,8	3,6	6,0	
Impostos diretos	1 402	1 428	3,2	-0,2	0,4	1,9	
Impostos indiretos	2 178	2 220	8,5	7,7	6,9	1,9	
Despesa Efetiva	4 079	4 597	0,7	1,8	2,3	12,7	
Despesa com pessoal	1 170	1 257	3,9	4,1	4,0	7,4	
Aquisição bens e serviços	496	542	0,3	0,6	1,9	9,3	
Juros	196	215	-8,8	-8,6	-8,3	9,6	
Investimento	38	79	0,6	3,7	2,4	107,0	
Saldo Global	713	480	-	-	-	-	
Saldo Primário	910	696	-	-	-	-	

Fonte: DGO.

Relativamente à receita não fiscal, é de referir o crescimento de 23,1%, devido essencialmente ao aumento dos *Rendimentos de Propriedade* (21,4%) e *Vendas de Bens e Serviços Correntes* (245,8%).

O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um excedente de 618 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 43 milhões de euros face a janeiro de 2019. O crescimento da receita (19,4%) é justificado pelo aumento das *Transferências da Administração Central* (17,4%) e pelo aumento das *Taxas Multas e Outras Penalidades* (1%). Do lado da despesa, são de registar os aumentos da *Despesa com Pessoal* (13,6%), da *Aquisição de Bens e Serviços* (9%) e das *Transferências Correntes* (15%).

Por entidades da Administração Central, destacam-se a melhoria dos saldos do *Fundo de Garantia de Depósitos* (133 milhões de euros), da *Caixa Geral de Aposentações* (43 milhões de euros), do *IEFP* (42 milhões de euros) e do *SNS* (39 milhões de euros). Pela negativa, salienta-se o agravamento do saldo do *subsector Estado* (-233 milhões de euros) e do *Fundo de Garantia Crédito Agrícola Mútuo* (-214 milhões de euros).

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira do SNS em janeiro de 2020 registou um excedente de 59 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 49 milhões de euros face ao período homólogo.

A receita total aumentou 12,7%, atingindo 882 milhões de euros, justificado pelo crescimento de 12,6% das *Transferências do Orçamento do Estado* que se fixaram em 848 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituem 96,1% do total da receita.

A despesa total aumentou 6,5% em termos homólogos, atingindo 823 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o aumento de 9,4% nas *Despesas com pessoal* e de 4,3% da *Despesa com Aquisição de Bens e Serviços*. Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 7% de *Produtos Vendidos em Farmácias*, de 1,5% de *Aquisição de Bens (compras de inventários)* e de 10,2% de *Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica*. Em sentido contrário, é de salientar a redução da despesa com as *Parcerias público-privadas* (-33%), que, em parte, reflete a passagem da Parceria Público-Privada de Braga a Hospital de Braga, E.P.E¹.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Em janeiro de 2020, o excedente de execução orçamental da CGA foi de 230 milhões de euros, o que representa um aumento de 43 milhões de euros quando comparado com igual período de 2019. Em termos homólogos, a variação do saldo reflete um aumento de 21,4% da Receita Efetiva e um aumento de 20,9% da Despesa Efetiva. Do lado da receita, verificou-se uma subida da receita de Quotas e Contribuições para a CGA (20,2%) e das Transferências Correntes do OE (22,2%). Quanto à despesa efetiva, a despesa com as Pensões e Abonos da Responsabilidade da CGA subiu 22,2%, enquanto as Pensões e Abonos da Responsabilidade do Orçamento do Estado aumentaram 15,3%.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2019	2020				2019	2020		
	jan					jan			
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)			10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Total	782	882	12,7	-	Receita Efetiva	796	967	21,4	:
Receita fiscal	0	0	0,0	-	Contribuições p/ a CGA	281	336	19,5	:
Outra receita corrente	782	879	12,5	-	Quotas e contribuições	270	324	20,2	:
<i>Transferências correntes do OE</i>	754	848	12,6	-	Transferências correntes do OE	475	577	21,3	:
Receita de capital	1	3	420,0	-	Comparticipação do OE	450	550	22,2	:
Despesa Total	773	823	6,5	-	Compensação por pagamento de pensões	25	27	5,5	:
Despesa com pessoal	351	384	9,4	-	Despesa Efetiva	609	736	20,9	:
Aquisição de bens e serviços	415	432	4,3	-	Pensões	594	721	21,4	:
Despesa de capital	1	2	84,6	-	Pensões e abonos responsabilidade da CGA	529	646	22,2	:
Saldo Global	9	59	-	-	Saldo Global	187	230	-	-

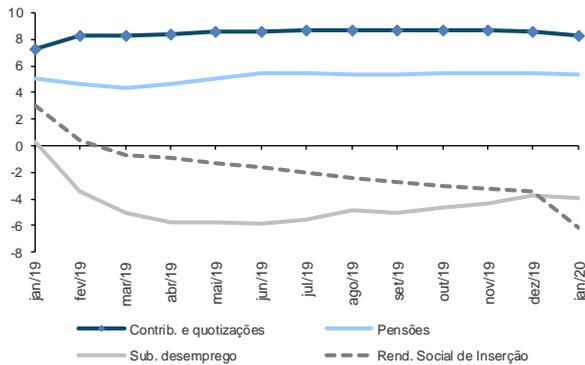
Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Em compensação, a passagem da PPP de Braga a Hospital de Braga, E.P.E. implicou um aumento da Despesa com Pessoal e da Aquisição de Bens e Serviços.

Segurança Social

Em janeiro de 2020, a Segurança Social apresentou um excedente de 575 milhões de euros o que significou um aumento de 51 milhões de euros face a igual período do ano anterior. A receita efetiva aumentou 6,3% em termos homólogos, devido essencialmente ao crescimento das receitas com *Contribuições e quotizações* (8,2%), para o qual contribuiu a evolução positiva do mercado de trabalho, o aumento do salário mínimo, para além das medidas de combate à fraude e evasão, compensando assim a diminuição das *Transferências do Orçamento do Estado* (-3%).

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



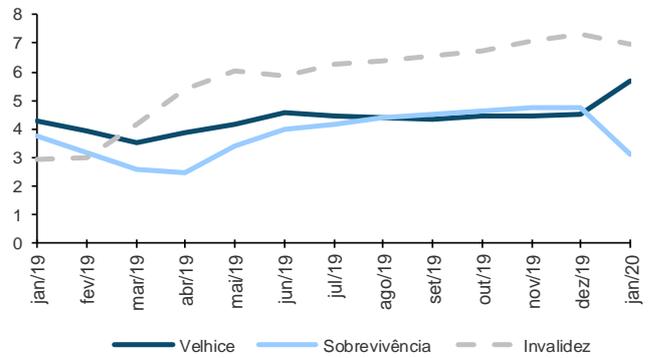
Fonte: DGO.

É ainda de salientar que das *Transferências do Orçamento do Estado*, as transferências para cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social ficaram praticamente no mesmo valor (582 milhões de euros) assim como o IVA social (71 milhões de euros). A receita de IRC consignada à Segurança Social, bem como Adicional ao IMI¹ registaram diminuições de 100% face ao período homólogo (este mês não ocorreram o que contrastou com os cerca de 21 milhões transferidos em janeiro de 2019).

A despesa efetiva aumentou 5,5%, reflexo fundamentalmente do aumento da despesa com pensões (5,3%), do Subsídio familiar a crianças e jovens (16,6%), da Prestação Social para a Inclusão (38,4%) e da Ação Social (2,5%).

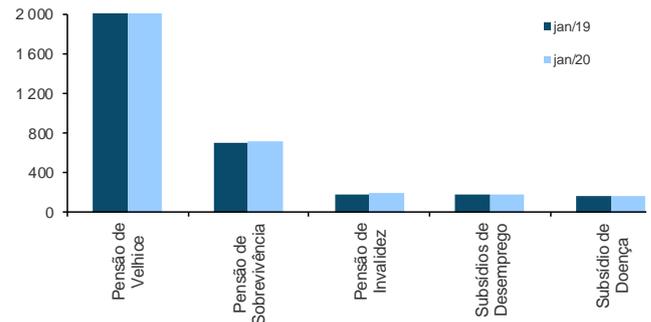
Em particular, a evolução das pensões é justificada pelas atualizações extraordinárias de pensões em 2018 e em 2019, e pelo aumento do número de pensionistas. Em sentido oposto, assistiu-se a uma redução de 3,9% das *Prestações de desemprego* e de 7,2% do *Subsídio de Doença*.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Nota: Não inclui a atualização extraordinária das pensões.
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			Grau de execução (%)
	2019	2020		
		jan		
	10 ⁶ euros	VHA		
Receita Efetiva	2 590	2 754	6,3	∴
Contribuições e quotizações	1 600	1 732	8,2	∴
Transferências correntes da Administração Central *	758	728	-3,9	∴
Despesa Efetiva	2 067	2 180	5,5	∴
Pensões	1 224	1 290	5,3	∴
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	111	107	-3,9	∴
Outras Prestações Sociais	402	425	5,7	∴
Saldo Global	524	575	-	-

Fonte: DGO.

¹ Adicional ao IMI e a receita de IRC estão consignados ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Administração Regional

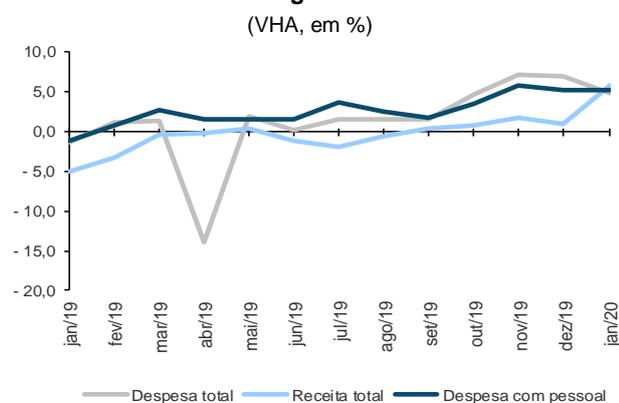
Em janeiro de 2020, a Administração Regional apresentou um saldo positivo de 74 milhões de euros, o que representa uma redução de 26 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo aumento da *Despesa Efetiva* (28,5%), o que mais que compensou o aumento verificado na *Receita Efetiva* (5,9%).

Ambas as regiões autónomas apresentaram excedentes (de 36 milhões de euros para a Região Autónoma da Madeira e de 38 milhões de euros para a Região Autónoma dos Açores) que se deterioraram face ao período homólogo (menos 2 milhões de euros na Região Autónoma da Madeira e menos 24 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores).

Para o aumento da *Despesa Efetiva* contribuiu, fundamentalmente, o aumento da *Despesa com Pessoal* (20,2%), da *Aquisição de Bens e Serviços* (103,7%) assim como as *Despesas de Capital* (138,2%) o que contrastou com a diminuição da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-11,8%)

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 8,5% da *Receita Fiscal* e de 1,6% das *Transferências do Orçamento do Estado*. Em sentido oposto, é de referir a diminuição nas *Transferências de Capital do Orçamento do Estado* (-14,6%) e das *Transferências de Capital* (-1,7%).

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional



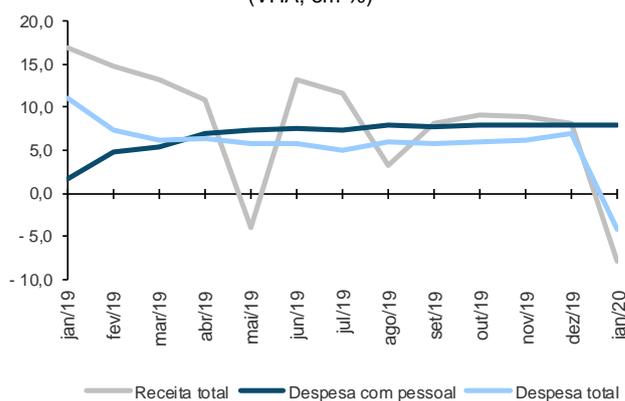
Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local em janeiro de 2020 diminuiu 31 milhões de euros face ao registado no período homólogo, atingindo 159 milhões de euros. Para tal contribuiu uma diminuição da *Receita Efetiva* superior à da *Despesa Efetiva* (-7,9% e -4,2% respetivamente).

Para este resultado contribuiu o crescimento ténue da *Receita Fiscal* (0,1%). As *Transferências Correntes do Orçamento do Estado* aumentaram 4%, devido sobretudo às *Transferências no âmbito da Participação do IRS* (19,8%). Adicionalmente, as *Taxas Multas e Outras Penalidades* apresentaram um aumento de 5%. Comportamento contrário teve a *Receita de Capital* que registou uma diminuição de 52%, muito devida à quebra de 95,7% da *Venda de Bens de Investimento*.

O comportamento da despesa assenta na quebra das *Despesas com Pessoal* (-2,6%), da *Aquisição de bens e serviços* (-11,5%), e da *Despesa de Capital* (-10,6%). A contrapartida, registou-se um aumento das *Transferências Correntes* de 16,6%.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2019	2020		2019	2020	
	jan		VHA (%)	jan		VHA (%)
	10 ⁶ euros			10 ⁶ euros		
Receita Total	241	255	5,9	626	570	-7,9
Impostos	89	97	8,5	167	167	0,1
Transferências correntes	96	97	0,3	232	229	0,6
Transferências de capital	46	45	-1,7	41	44	8,9
Despesa Total	141	181	28,5	417	411	-4,2
Pessoal	69	83	20,2	179	175	-2,6
Aquisição de bens e serviços	8	16	103,7	123	110	-11,5
Juros e outros encargos	29	25	-11,8	5	4	-29,9
Transferências correntes	17	17	-0,4	34	40	16,6
Investimento	1	3	536,2	57	59	-12,0
Transferências de capital	15	34	124,4	10	10	-3,9
Saldo Global	100	74	-	209	159	-

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

No final de 2019, a dívida das Administrações Públicas atingiu 117,7% do PIB, correspondendo a uma diminuição de 4 p.p. face a 2018. Em termos nominais, a dívida pública cifrou-se em 249 740 milhões de euros no final de 2019, o que representa um decréscimo mensal de 1 386 milhões de euros e um aumento anual de 597 milhões de euros.

Os depósitos das AP fixaram-se em 14 490 milhões de euros, que representa uma diminuição 2 360 milhões de euros face ao mês anterior e de 2 134 milhões de euros face ao final de 2018.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2018 dez	2019 nov	2019 dez
Administrações Públicas	249 143	251 126	249 740
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	255 680	257 544	255 973
Administração Regional e Local	10 152	10 141	9 942
Segurança Social	2	1	0
Consolidação entre subsectores	16 691	16 560	16 176
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	12 239	12 041	9 909
Depósitos das Administrações Públicas	16 624	16 850	14 490

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas no final de janeiro atingiu 1 491 milhões de euros, menos 347 milhões de euros em comparação com o período homólogo, mas mais 65 milhões que no final de 2019. A variação mensal é explicada pelo aumento da dívida não financeira da Administração Regional (em 34 milhões de euros) e da Administração Central (em 30 milhões de euros). Em termos homólogos verificou-se uma redução na Administração Regional e Local (menos 122 milhões de euros e menos 239 milhões de euros, respetivamente) e um aumento na Administração Central (de 14 milhões de euros).

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP¹
(milhões de euros)

	2019 dez	2019 jan	2020 jan
Administrações Públicas	1 426	1 838	1 491
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	443	459	473
Administração Regional	89	245	123
Administração Local	895	1 134	895
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) atingiram 579 milhões de euros em janeiro, ou seja, menos 163 milhões de euros que em janeiro de 2019 e mais 134 milhões que no mês anterior. Para a evolução homóloga contribuiu a redução dos pagamentos em atraso verificada nos Hospitais EPE (menos 170 milhões de euros) e na Administração Local (-19 milhões de euros). O aumento dos pagamentos em

atraso dos Hospitais EPE (104 milhões de euros) e da Administração Regional (29 milhões de euros) explicam a evolução mensal.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2019 dez	2019 jan	2020 jan
Administrações Públicas	445	742	578
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	22	17	22
SNS	3	1	3
Hospitais EPE	256	530	360
Empresas Públicas Reclassificadas	32	17	32
Administração Regional	72	98	101
Administração Local	59	78	59
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	445	742	579

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

No final de janeiro, a dívida direta do Estado atingiu 250 238 milhões de euros (249 547 milhões de euros após cobertura cambial), verificando-se uma redução de 774 milhões de euros face ao final de 2019. Em termos mensais, é de referir, principalmente, a redução do saldo de CEDIC (menos 3 201 milhões de euros), de Certificados do Tesouro (menos 660 milhões de euros) e de Bilhetes do Tesouro (menos 1 045 milhões de euros), parcialmente compensada pelo aumento do saldo de Obrigações do Tesouro (mais 4 000 milhões de euros).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/dez/19	2020 jan			31/jan/20
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	157 358	7 189	4 143	- 20	160 384
<i>da qual:</i> Bilhetes do Tesouro	11 983	2097,775	3 143	:	10 938
<i>da qual:</i> Obrigações Tesouro	130 887	5 091	1 000	- 91	134 887
Não Transacionável	44 026	2 489	6 289	0	40 226
<i>da qual:</i> Cert.Aforro e do Tesouro	29 069	825	1 485	:	28 409
<i>da qual:</i> CEDIC e CEDIM	10 674	1 587	4 789	:	7 473
Prog. de Ajustamento Económico	49 628	:	:	:	49 628
Total	251 012	9 678	10 432	- 20	250 238
Dívida total após cobertura cambial	250 384	-	-	-	249 547

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 12 de fevereiro, a República Portuguesa efetuou dois leilões de Obrigações do Tesouro, tendo colocado, na fase competitiva, 564 milhões de euros da OT 2,875%jul2026, à taxa de -0,057%, e 663 milhões de euros da OT 2,25%abr2034, à taxa de 0,555%.

A 19 de fevereiro, o IGCP realizou 2 leilões de BT, tendo colocado, na fase competitiva, 300 milhões de euros do BT 15mai2020, à taxa média de -0,5%, e 950 milhões de euros do BT 15jan2021, à taxa média de -0,484%.

¹ Conceito de dívida não financeira no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2002 de 21 de fevereiro de 2002).